

Dívida agora é com governos

Latinos dizem que questão é política e exigem encontro com credores

UPI

Mar Del Plata, Argentina — As 11 nações mais endividadas da América Latina reunidas na conferência de Mar Del Plata decidiram ontem que convidarão os países credores industrializados para um diálogo político direto sobre a crise das dívidas previsto, inicialmente, para o primeiro semestre de 1985. A decisão foi tomada apesar de uma reação negativa dos Estados Unidos.

Uma declaração final de 10 pontos, preparada na reunião de chanceleres e ministros da área econômica dos países do grupo de Cartagena, cuja cópia foi obtida pela UPI, sustenta que as nações devedoras "julgam essencial convidar os governos dos países credores para um diálogo político direto".

Acrescenta que "seria desejável" realizar o diálogo no primeiro semestre de 1985 "antecedido de consultas prévias aos governos desses países".

O documento expressa que os ministros "na matéria específica de endividamento, concluíram que o diálogo político direto é imprescindível para que se compreenda integralmente o problema e as partes interessadas possam chegar a um acordo".

"Por isso faz-se imprescindível utilizar esta via para evitar situações ainda mais graves com efeitos lesivos para a comunidade econômica internacional", acrescentou.

O Departamento de Tesouro norte-americano afirmou anteontem que "não desejamos reunião de cúpula com as nações de Cartagena", mas ontem divulgou nota dizendo que aceita continuar discutindo o problema da dívida.

A declaração do Departamento de Tesouro dos Estados Unidos foi vista tanto como uma advertência para que não fosse aprovada a resolução do encontro direto credores-devedores como um posicionamento abertamente contrário a ela.

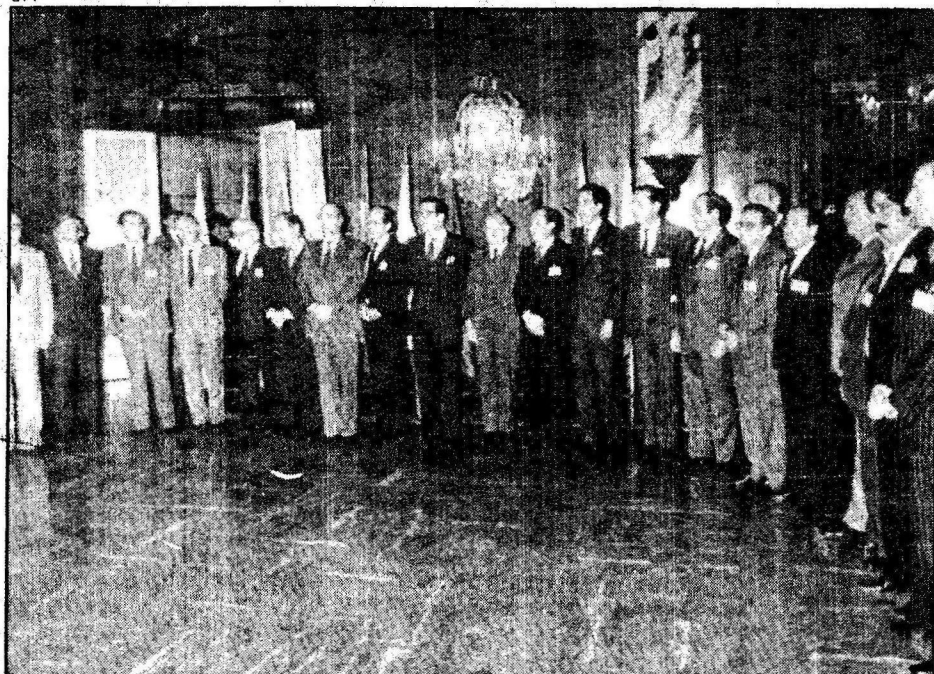
Mas, os ministros reunidos, nos últimos dois dias na cidade balneária argentina, decidiram pela convocação da reunião "independente do veto extra-oficial de Washington".

Num outro ponto do documento, há críticas com respeito a intensificação de "tendências protecionistas e outras medidas restritivas" dos países industrializados em detrimento das exportações das nações endividadas ao América Latina e do Terceiro Mundo em geral.

"Acentua-se os efeitos adversos que essas nações exercem sobre o nível das divisas produzidas com exportações, a capacidade para importar, a possibilidade financeira de responder aos compromissos assumidos com a dívida externa e as perspectivas dos programas de desenvolvimento dos países da região", segundo o documento.

A declaração expressa que "subsiste a profunda crise do endividamento externo não obstante o fato de que até agora tem-se evitado uma desestabilização mais grave do sistema financeiro internacional".

O chanceler colombiano Augusto Ocampo Ramirez disse ontem que a UPI "que os centros econômicos internacionais não têm consciência dos riscos mundiais do endividamento?"



Os chanceleres dos países endividados querem conversar com os credores